



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**

**MARIA GISELE CAVALCANTI DE OLIVEIRA**

**AVALIAÇÃO DE UMA TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA A PREVENÇÃO DE  
VIOLÊNCIA SEXUAL COM ADOLESCENTES E JOVENS COM DEFICIÊNCIA  
INTELECTUAL: ESTUDO PILOTO**

**RECIFE**

**2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**  
**CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL**

**MARIA GISELE CAVALCANTI DE OLIVEIRA**

**AVALIAÇÃO DE UMA TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA A PREVENÇÃO DE  
VIOLÊNCIA SEXUAL COM ADOLESCENTES E JOVENS COM DEFICIÊNCIA  
INTELLECTUAL: ESTUDO PILOTO**

TCC apresentado ao Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pernambuco, Campus Recife, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Keise Bastos Gomes da Nóbrega.

**RECIFE**

**2022**

Oliveira, Maria Gisele Cavalcanti de.

Avaliação de uma Tecnologia Educacional para a prevenção de violência sexual com adolescentes e jovens com Deficiência Intelectual: estudo piloto / Maria Gisele Cavalcanti de Oliveira. - Recife, 2022.  
28p., tab.

Orientador(a): Keise Bastos Gomes da Nóbrega

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências da Saúde, Terapia Ocupacional - Bacharelado, 2022.

1. Deficiência Intelectual. 2. Educação Sexual. 3. Jovens. 4. Tecnologia Educacional. 5. Violência Sexual. I. Nóbrega, Keise Bastos Gomes da. (Orientação). II. Título.

610 CDD (22.ed.)

Maria Gisele Cavalcanti de Oliveira

**AVALIAÇÃO DE UMA TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA A PREVENÇÃO DE  
VIOLÊNCIA SEXUAL COM ADOLESCENTES E JOVENS COM DEFICIÊNCIA  
INTELECTUAL: ESTUDO PILOTO**

TCC apresentado ao Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pernambuco, Campus Recife, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Terapia Ocupacional.

Aprovado em: 19/05/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marina Araújo Rosas  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Daniela Tavares Gontijo  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juliana Fonseca de Queiroz Marcelino  
Universidade Federal de Pernambuco

## **AVALIAÇÃO DE UMA TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA A PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL COM ADOLESCENTES E JOVENS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: ESTUDO PILOTO**

**RESUMO:** Garotas com Deficiência Intelectual (DI) têm uma maior probabilidade de sofrerem abuso sexual do que garotas sem deficiência, por serem mais vulneráveis. Muitas são infantilizadas e acabam não recebendo orientações sobre sexualidade. Essa falta de informação as deixa mais expostas a situações de risco, fazendo com que o abusador subestime a vítima, acreditando que ela será descredibilizada por conta da deficiência. O objetivo deste estudo é avaliar uma Tecnologia Educacional (TE) com o foco na prevenção do abuso sexual, sob a perspectiva de adolescentes e jovens do sexo feminino com Deficiência Intelectual. Trata-se de um estudo piloto, realizado junto a seis adolescentes e jovens com DI, com informações coletadas a partir de observação participante e não participante. O material ‘abuso não rolar: aprendendo a se proteger’ é formado por um livro, dois bonecos sexuais, um livreto e vídeo explicativo, sendo avaliado pelas participantes quanto aos quesitos: objetivo, relevância, eficácia, apresentação, acesso, clareza e interatividade. Ressalta-se a importância de continuar o uso da TE, junto a um número maior de meninas com DI, para que mais percepções sejam colhidas e se reforce sua efetividade.

**Palavras-chave:** Deficiência Intelectual; Educação Sexual; Jovens; Tecnologia Educacional; Violência Sexual.

## **EVALUATION OF AN EDUCATIONAL TECHNOLOGY FOR THE PREVENTION OF SEXUAL VIOLENCE WITH TEENAGERS AND YOUNG PEOPLE WITH INTELLECTUAL DISABILITIES: PILOT STUDY**

**ABSTRACT:** Girls with Intellectual Disabilities (ID) are more likely to be sexually abused than girls without disabilities, as they are more vulnerable. Many are infantilized and end up not receiving guidance on sexuality. This lack of information leaves them more exposed to risky situations, causing the abuser to underestimate the victim, believing that she will be discredited because of her disability. The objective of this study is to evaluate an Educational Technology (ET) with a focus on the prevention of sexual abuse, from the perspective of teenagers and young females with Intellectual Disabilities. This is a pilot study, carried out with six teenagers and young people with ID, with information collected from participant and non-participant observation. The material 'abuse does not roll: learning to protect yourself' consists of a book, two sex dolls, a booklet and explanatory video, being evaluated by the participants in terms of: objective, relevance, effectiveness, presentation, access, clarity and interactivity. The importance of continuing the use of ET with a greater number of girls with ID is highlighted, so that more perceptions are collected and its effectiveness is reinforced.

**Keywords:** Intellectual Disability; Sex Education; Young; Educational Technology; Sexual Violence.

## SUMÁRIO

|                                |           |
|--------------------------------|-----------|
| <b>Introdução.....</b>         | <b>6</b>  |
| <b>Materiais e Método.....</b> | <b>9</b>  |
| <b>Resultados.....</b>         | <b>13</b> |
| <b>Discussão.....</b>          | <b>19</b> |
| <b>Conclusão.....</b>          | <b>22</b> |
| <b>Referências.....</b>        |           |

O PRESENTE TRABALHO ESTÁ APRESENTADO NO FORMATO DE ARTIGO REQUERIDO PELA REVISTA *SEX EDUCATION*.

## 1. INTRODUÇÃO

A sexualidade está presente em todos os ciclos da vida, relacionando-se com a construção da autoimagem, personalidade e afetividade do sujeito. Ela pode ser definida como um aspecto da dimensão humana que inclui não apenas a relação sexual, mas também a busca pela própria identidade, a relação consigo e com os outros, intimidade, desejos e comportamentos que podem ser influenciados por questões biológicas, socioculturais, psicológicas e políticas (WHO 2006; Brasil 1994).

É na fase da adolescência e juventude que surgem muitos questionamentos sobre sexualidade, principalmente por causa da necessidade de estabelecimento de vínculos grupais, busca da identidade e início da vida sexual. Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS (WHO 1986), a adolescência é o período entre a infância e a fase adulta que vai dos 10 aos 19 anos, sendo subdividida em pré-adolescência ou fase inicial - dos 10 à 14 anos e fase tardia - dos 15 aos 19 anos, enquanto a juventude engloba pessoas dos 15 aos 24 anos. Esse é um momento complexo, marcado por mudanças corporais, psicológicas, mentais e sexuais e para as Pessoas com Deficiência (PcD) pode ser ainda mais, considerando as suas vulnerabilidades (Littig et al 2012).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), dos 34 milhões de adolescentes brasileiros, 4 milhões apresentam algum tipo de deficiência e dentre esses, 375.440 possuem Deficiência Intelectual (DI). A DI é caracterizada pelo déficit de funções cognitivas que resultam em dificuldades de comunicação, autocuidado, participação social, aprendizagem e independência pessoal (APA 2014).

Jovens com Deficiência Intelectual são vistas sob concepções consolidadas historicamente de que são incapazes e defeituosas. A sexualidade, por outro lado, está associada, de maneira distorcida, à estética, à valorização da beleza física e a padrões sociais perfeitos. Esta junção de preconceito e desinformação alimenta o mito de que sexualidade não é um tema relevante nem apropriado para esse público, dificultando a discussão do tema nesta fase da vida (Mannocci 2017).



Durante a puberdade, as adolescentes e jovens com DI passam pelas mesmas transformações e anseios que qualquer outra sem deficiência, porém não têm o mesmo acesso a informações sobre sua sexualidade, pois são tachadas como assexuadas ou hipersexuadas (Unesco 2019). Privá-las de orientações pode favorecer situações de vulnerabilidade e deixá-las mais propensas a sofrerem abuso sexual, que ocorre em maior frequência com as meninas, chegando a representar mais de 70% dos casos do disque denúncia brasileiro (Pereira et al 2019).

A interseccionalidade de fatores como ser jovem, mulher e com deficiência intelectual, expõe o público feminino a violações dos seus direitos e faz com que recebam uma carga maior de estigmas sociais. Este público está mais vulnerável às violências, a sofrer discriminações e precisa enfrentar barreiras para a sua participação social (UNFPA 2017).

Dentro desse contexto, percebe-se que as relações de gênero influenciam diretamente na forma como a sociedade convive com as mulheres com deficiência, reprimindo suas expressões de sexualidade, oferecendo menos informação sobre saúde, autoproteção e submetendo-as ao estigma triplo: de deficiência, de gênero e de juventude (Simões 2019). Sendo assim, elas acabam por serem superprotegidas e subestimadas, tendo como consequência uma maior exposição a situações de risco, principalmente à violência sexual (Dantas, Silva e Carvalho 2014).

Nos casos de violência sexual, o abusador muitas vezes se aproveita da dependência, desinformação e até parentesco para cometer esse tipo de crime. Garotas com DI nem sempre conseguem distinguir demonstrações de afeto e situações de abuso, além de receberem menos esclarecimentos do que os meninos no que diz respeito à educação sexual (UNFPA 2018).

A Educação Sexual é definida como o processo de conhecimento e exploração dos aspectos físicos, cognitivos, sociais e emocionais relacionados à sexualidade, visando autonomia sobre seu próprio corpo, gerenciamento da saúde e estruturação de relações afetivas (Unesco 2019). Além de ser um direito de todo sujeito, a educação sexual é uma importante estratégia para proteger, preparar e empoderar adolescentes e jovens com ou sem deficiência e não deve ser abordada como uma fórmula transmitida durante as gerações, mas ser suscetível a adaptações, diálogo e aprendizado conjunto (Brasil 1994).

Na visão de profissionais de instituições educacionais que assistem essa população, a sexualidade é uma das questões mais difíceis de serem abordadas tanto pela complexidade do

assunto, quanto pela pouca oportunidade de discussão sobre o tema, durante a formação profissional (Maia, Carvalho e Vilaça 2020). Os pais também se sentem inseguros e despreparados para abordar o tema e, em decorrência, acabam por limitar a educação sexual dos seus filhos não apropriando-os para vivenciarem plenamente a sua sexualidade, omitindo informações e comportamentos julgados “inadequados” pela sociedade. Outro entrave que se observa para a educação sexual de pessoas com DI é que os recursos educacionais e instrumentos validados são escassos e limitam ainda mais as condições para apresentação e discussão sobre o tema (Gonçalves e Barbosa 2020).

Sabendo que ainda há muito a ser explorado e discutido na área da sexualidade, temas como autocuidado, namoro, amizade, métodos contraceptivos, puberdade e abuso sexual precisam ser dialogados pelos pais e profissionais da saúde, educação e social, que acompanham adolescentes e jovens com DI. Alguns recursos e materiais têm sido grandes aliados para possibilitar o protagonismo adolescente e adequar a intervenção às necessidades trazidas pelo próprio público. Nesse âmbito, ganha destaque as Tecnologias Educacionais (TE) (Chagas, Fernandes 2018).

As Tecnologias Educacionais podem ser entendidas como dispositivos ou meios que se direcionam para o desenvolvimento do saber, a partir da problematização e do diálogo. Elas têm o objetivo de mediar práticas de ensino-aprendizagem por meio de materiais como livros, guias, cartilhas, jogos, entre outros (Santos et al 2020; Gomes et al 2021).

Dessa forma, as TE buscam a assimilação do conteúdo proposto e a produção de novos conhecimentos, podendo ser utilizadas na área da educação, social e saúde, para favorecer a autonomia e cidadania de pessoas com e sem deficiência, superar limitações cognitivas e diminuir barreiras e dificuldades não apenas na escola, mas em qualquer ambiente de seu convívio (Wild et al 2019).

Um dos principais autores utilizados como referência na área da educação de pessoas com deficiência é Vygotsky (2009), que por meio da teoria sócio-histórica, defendia o apreço das potencialidades, a acessibilidade e participação social. Dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem deve acontecer na interação entre o indivíduo e seu meio. Para ele, a aprendizagem acontece com a mediação, motivação e interação social, valorizando a participação ativa da pessoa com DI em todo o processo.

Os recursos educacionais precisam ser bem pensados, elaborados e avaliados não só por especialistas da área, mas também pelo público a que se destina, identificando possíveis ajustes para serem feitos, a partir do olhar específico do grupo-alvo. A veracidade das informações apresentadas, a linguagem apropriada e adequação cultural também devem ser levadas em consideração, para consumir a eficácia e funcionalidade do material (Costa et al 2020).

A partir do contexto apresentado, o objetivo deste estudo é avaliar a Tecnologia Educacional, "Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger", com o foco na prevenção do abuso sexual, sob a perspectiva de adolescentes e jovens do sexo feminino com Deficiência Intelectual.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

### **2.1 Descrição do material**

A Tecnologia Educacional “Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger” (Figura 1) tem seu foco na prevenção do abuso sexual, auxiliando pais e profissionais a discutirem o assunto de forma didática e compartilhada. Foi desenvolvida durante uma pesquisa de doutorado, realizada em três etapas: diagnóstico, construção do material e validação. A primeira fase serviu para identificar as percepções dos pais, profissionais e das garotas sobre os recursos e temas a serem abordados, sendo abuso sexual o tema escolhido por elas como prioritário.

A partir disso, a TE foi pensada baseando-se nos pressupostos de Vygotsky (2012) - mediação, compensação, linguagem, interação social, participação ativa, nível de desenvolvimento real e potencial, motivação e afetividade. Trata-se de um kit, composto por um livro interativo, com situações problema e perguntas para verificar o conhecimento prévio das adolescentes; um livreto de apoio e um vídeo explicativo, para subsidiar pais e profissionais e dois bonecos sexuados, para contribuir com a comunicação. O enredo do livro perpassa por situações cotidianas da vida de uma adolescente chamada Leca, que mora com a família e tem um namorado chamado Edu. Na história, Leca interage com diversos personagens, que dialogam sobre mudanças do corpo na adolescência, pessoas mal intencionadas, toque físico bom e ruim, situações de risco ao abuso, pessoas de confiança e estratégias de autoproteção.

Os assuntos são tratados de forma gradativa, partindo dos temas de menor para os de maior complexidade, sempre com dicas e perguntas que estimulem as participantes a externalizar seu conhecimento sobre o assunto. A construção do material envolveu a articulação com diversos profissionais como terapeuta ocupacional, designer, ilustradora, produtora, revisora e artesã, seguindo as orientações do Guia de Orientação para Desenvolvimento de Projetos (GODP) (Merino 2016). Por fim, o material foi validado em sua aparência e conteúdo,

por juízes especialistas, obtendo um Índice de Validade de Conteúdo (IVC) total de 0.99 (Nóbrega et al 2021).

Figura 1 - Tecnologia educacional - Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger



Fonte: arquivo pessoal

Para verificar a funcionalidade dessa Tecnologia Educacional, é necessário que haja a avaliação com o público-alvo, tendo em vista as ricas contribuições para ajustes e aplicações futuras, além das aprendizagens durante o processo de pesquisa.

## 2.2 Tipo de estudo

Este artigo é um estudo piloto de avaliação da Tecnologia Educacional mencionada anteriormente, criada com objetivo de discutir educação sexual e apresentar orientações quanto à autoproteção e prevenção do abuso sexual, junto a adolescentes do sexo feminino com Deficiência Intelectual (Nóbrega 2020). O estudo piloto é um procedimento de teste em menor escala, que abarca as etapas previstas na pesquisa maior, porém com menor abrangência populacional, o que possibilita possíveis adaptações do material ou instrumento antes de sua aplicação em larga escala (Mackey, Gass 2005).

## 2.3 Local do estudo

O estudo foi realizado em quatro serviços tanto privados, quanto públicos e filantrópicos conveniados à Secretaria Municipal de Saúde e Educação do Recife/PE, no período de março a maio de 2022. São serviços de referência e especializados na assistência às pessoas com Deficiência Intelectual.

## 2.4 População

Seis adolescentes e jovens do sexo feminino, de idades entre 13 e 24 anos, com diagnóstico de Deficiência Intelectual, comprovada pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID 10 (Retardo Mental) ou pelo Manual

Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM V (Deficiência intelectual). Foram excluídas do estudo, as garotas com outras morbidades de base associadas, que pudessem inviabilizar a participação nas atividades propostas. A amostragem escolhida foi intencional e por conveniência. Na amostragem intencional, a seleção dos participantes é baseada no juízo do pesquisador, a partir dos seus estudos sobre o assunto, população e contextos mais favoráveis. A amostragem por conveniência permite que a população selecionada seja mais acessível e adequada para atingir o objetivo do estudo (Freitag 2018).

## **2.5 Método de Coleta**

### **2.5.1 Técnica**

Os dados da percepção das adolescentes e jovens sobre a Tecnologia Educacional foram coletados por meio de observação não participante e participante. A primeira ocorreu durante a utilização do material nas instituições, pelos profissionais tanto da saúde quanto educação, onde as pesquisadoras apenas observaram e construíram relatos de campo. Posteriormente, as pesquisadoras fizeram três avaliações individuais e um grupo focal, mediando as informações trazidas pelas participantes, para colher o ponto de vista delas a respeito do material. Como técnica de pesquisa qualitativa, o grupo focal tem sido utilizado para a investigação de motivações, desejos, estilos de vida de grupos, e também na obtenção de informação sobre novos produtos, conceitos e fenômenos (Kind 2004).

### **2.5.2 Instrumentos de coleta**

Para a coleta de informações da observação não participante, as pesquisadoras seguiram um roteiro semiestruturado, baseado nos pressupostos de Vygotsky, onde pontuava aspectos comportamentais, de linguagem, interação e desenvolvimento a serem destacados. Na observação participante, foi utilizado um outro roteiro, baseado no questionário de avaliação de Tecnologia Educacional desenvolvido por Guimarães (2015). Tal questionário foi construído a partir de um estudo metodológico para construção e validação de instrumentos, onde apresenta seis atributos utilizados para TE em geral e também foram utilizados tanto nas avaliações individuais e grupo focal realizado com as participantes, quanto para elencar as categorias de análise deste estudo. São eles: objetivo; acesso; clareza; estrutura e apresentação; relevância e eficácia; interatividade, auxiliando as pesquisadoras na adequação da Tecnologia Educativa ao seu propósito de criação.

O processo de avaliação realizado pelas adolescentes e jovens a respeito do material, levou em consideração as dificuldades de comunicação e expressão desse público, sendo considerados além da fala, expressões faciais e corporais, sentimentos, interatividade e exploração do material. Dessa forma, para uma melhor avaliação das informações utilizou-se dois gravadores de voz e imagem, além dos diários de campo, construídos pelas pesquisadoras a cada encontro.

### **2.5.3 Procedimento**

A utilização do material pelo público-alvo aconteceu tanto de forma individual quanto coletiva. Três participantes apreciaram o material individualmente, com interação apenas do profissional. Outras três jovens utilizaram a TE juntas, com mediação também profissional. Os encontros individuais aconteceram em apenas um dia, com duração de aproximadamente duas horas e meia. Já a utilização em grupo demandou três dias de realização, com encontros de duas horas, cada um.

Inicialmente, as pesquisadoras apresentaram o material aos profissionais do serviço previamente, para que pudessem conhecê-lo e assistir ao vídeo explicativo. Em momento posterior, as participantes foram convidadas pelos profissionais, individual e coletivamente, para conhecerem e utilizarem a Tecnologia Educacional, nos próprios locais em que são assistidas, enquanto as pesquisadoras apenas observavam e faziam anotações. Os profissionais mostraram o material e mediarão a conversa, porém as garotas tinham total autonomia para lerem a história, manusearem o material e manipularem os bonecos.

Após a utilização do material, elas foram estimuladas a participarem da avaliação individual, nos casos em que o material foi utilizado com apenas uma participante por vez, ou do grupo focal, com mais de uma participante ao mesmo tempo. No grupo focal, uma das pesquisadoras facilitava o grupo, enquanto as outras auxiliavam na observação da comunicação não verbal, como forma de pontuar os comportamentos e sentimentos das participantes.

## **2.8 Análise de dados**

O estudo dos dados foi feito por análise de conteúdo, utilizando o referencial de Bardin (2016) que divide esse processo em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na primeira fase objetivou-se realizar a sistematização e organização das informações colhidas e planejamento do esquema de análise. Na exploração do material os dados foram codificados e categorizados para, na etapa final,

serem analisados e interpretados de acordo com os quesitos previstos. O conteúdo submetido à análise foi a transcrição textual tanto dos vídeos de observação participante e não participante, quanto a escrita dos diários de campo elaborados pelas pesquisadoras. Foram definidas três categorias de análise, baseadas nos atributos apresentados anteriormente, no questionário de Guimarães (2015). São elas: categoria 1 - *objetivo, relevância e eficácia*, categoria 2 - *Apresentação, acesso e clareza* e categoria 3 - *interatividade*.

## **2.9 Aspectos Éticos**

Este estudo corresponde a um recorte do projeto de doutorado, submetido e aprovado sob parecer de nº 2.421.318, pelo Comitê de Ética em pesquisa (CEP) com seres humanos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco (CCS/UFPE), de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde do Brasil referente a pesquisas com seres humanos. Antes do início da coleta foi solicitada a leitura e assinatura prévia do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) às participantes e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos responsáveis e profissionais, explicando-lhes de forma clara os objetivos, procedimentos e importância do estudo, bem como seus riscos e benefícios.

## **3. RESULTADOS**

Participaram do estudo seis adolescentes e jovens do sexo feminino, entre 13 e 24 anos, tanto alfabetizadas quanto não alfabetizadas (Quadro 1). A maioria é de religião evangélica e assistidas pelo benefício da Carteira de Livre Acesso ao transporte público ou pelo Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência. Todas são acompanhadas por algum tipo de serviço da rede pública ou privada de um município de Pernambuco, por diversos profissionais de saúde e educação. As participantes serão identificadas com nomes fictícios, para preservar seus nomes reais e manter o sigilo dos dados colhidos.

Quadro 1. Caracterização das participantes, quanto à identificação, idade, escolaridade, alfabetização, religião e benefícios.

| Identificação da participante | Idade | Escolaridade                  | Alfabetizada | Religião      | Benefícios                                                                 |
|-------------------------------|-------|-------------------------------|--------------|---------------|----------------------------------------------------------------------------|
| LÍVIA                         | 13    | cursando o ensino fundamental | sim          | evangélica    | não possui                                                                 |
| TIKTOK                        | 13    | cursando o ensino fundamental | sim          | não informada | não possui                                                                 |
| THAYLA                        | 15    | cursando o ensino fundamental | não          | evangélica    | Carteira livre acesso + Benefício Assistencial à pessoa com deficiência    |
| BÊ                            | 20    | cursando o ensino fundamental | não          | não informada | Carteira de livre acesso e Benefício Assistencial à pessoa com deficiência |
| INÁCIA                        | 23    | não está na escola            | soletra      | evangélica    | Carteira de livre acesso                                                   |
| BELA                          | 24    | não está na escola            | pouco        | evangélica    | não informados                                                             |

Fonte: as autoras.

### 3.1 Objetivo, Relevância e eficácia

Na categoria 1: *objetivo, relevância e eficácia*, que diz respeito à importância do conteúdo proposto, a aprendizagem sobre o tema utilizando o material e possíveis aplicações em contextos cotidianos, percebeu-se que as participantes gradativamente assimilaram os conteúdos, à medida em que estes eram apresentados ao longo da história. Algumas já possuíam certo conhecimento prévio das fases do ciclo de vida (criança, adolescente e adulto), das mudanças vindas com a puberdade e do que são partes íntimas, já outras compreenderam esses conceitos a partir da apresentação e exploração do material.

*PROFISSIONAL 3: [...] qual é a diferença do corpo da criança pra o corpo da adolescente?*

*BELA: porque a criança ainda não tem os peito.*

*PROFISSIONAL 3: a criança ainda não tem as mamas... o que mais? o que mais que vocês acham que é?*

*BELA: não menstrua.*

*PROFISSIONAL 4: [...] tu é uma criança, uma adolescente ou uma adulta?*

*TIKTOK: uma pré-adolescente.*

*PROFISSIONAL 4: uma pré adolescente?*

*TIKTOK: se eu tenho 13 anos...*



*PROFISSIONAL 4: se tem 13 anos, tu acha que é uma pré-adolescente? Mas vê aqui, aqui tem pré-adolescente? O que é que tu acha dessas três categorias?*

*TIKTOK: eu não sou criança, porque se eu fosse criança eu ia ter uns oito anos... uns sete, oito, nove, dez, onze, por aí vai...*

Sobre a participante Lívia:

*‘Inicialmente, a adolescente pareceu tímida e apreensiva. Durante a pergunta de como ela se via, ela disse que se considerava criança, sem a figura. Após a intervenção com a figura, ela conseguiu se identificar como adolescente’ (Diário de campo das pesquisadoras).*

As meninas também conseguiram fixar conceitos abordados no material, como o que é consentimento e adulto de confiança, que irão ajudá-las a perceberem situações em que estão ou não confortáveis e a quem devem recorrer, caso estejam em risco ao assédio ou abuso sexual.

*PROFISSIONAL 1: [...] tu já me disse, mas eu vou pedir pra você lembrar quem é, pode ser mais de um, quem é teu adulto de confiança?*

*LÍVIA: minha mãe, minha avó, é... minha tia.*

*PROFISSIONAL 4: tu aprendeu o que é consentimento? tu consegue explicar pra mim?*

*TIKTOK: é quando uma pessoa toca na namorada, que a namorada não gosta.*

*PROFISSIONAL 2: Ela [a personagem] tá dizendo que não pode tocar nela, porque ela não deixa, porque o corpo é de quem?*

*BÊ: meu.*

*PROFISSIONAL 2: Isso! E só quem é que pode tocar?*

*BÊ: ela (falando de si mesma).*

*PROFISSIONAL 2: Você. Só você toca no seu corpo, as outras pessoas que quiserem tocar, só podem tocar se você...?*

*BÊ: quiser.*

Com relação ao entendimento do que é abuso sexual e o que fazer em situações de risco, observa-se que de início as jovens demonstraram certa timidez em falar sobre o tema, conheciam poucas estratégias de autoproteção, revelando principalmente a reação de agredir e correr e poucas referiram contar para um adulto de confiança. Todavia, após participarem da utilização da TE apresentaram boa apreensão do conteúdo, visto que conseguiram ampliar e reproduzir no próprio discurso as estratégias trazidas pelo material, mesmo com as limitações da deficiência.

*PROFISSIONAL 2: e aqui será que Leca quer ir pra cama com esse homem?*

*BÊ: não.*

*PROFISSIONAL 2: não, por isso que ela tá com medo, tá certo? então Leca tem que fazer o que quando isso acontecer?*

*BÊ: dar nele.*

*PESQUISADORA: [...] tu aprendeu sobre isso, sobre o que é uma pessoa de confiança? Se tu ficar numa situação que tu achar que... TIKTOK: pra contar pra mãe, pra psicóloga... terapeuta... é a mesma coisa de pessoa de clínica.*

*PESQUISADORA: [...] O que é que tu aprendeu com esse livro, Lívia?*

*LÍVIA: não pode deixar ninguém pegar nas minhas partes íntimas.*

Vale ressaltar que, em algumas coletas, o material foi trabalhado inteiramente em um único dia, enquanto em outras os profissionais decidiram que deveria dividir os conteúdos e aplicá-lo em dias diferentes. Essa necessidade surgiu não só pela dinâmica dos serviços, mas também pela quantidade de informações a serem discutidas, que consequentemente exigiam mais atenção e concentração.

Percebeu-se que adolescentes e jovens com maior comprometimento intelectual, seriam mais beneficiadas com a apresentação do livro de forma gradativa, em dias diferentes, pois precisam de mais tempo para compreender o conteúdo. Este fator não impede que o livro seja trabalhado em um único dia, porém fica a critério do profissional e do serviço, de acordo com as demandas do público alvo. Como exemplo, destaca-se a participante Bê, que apresentou dificuldade em identificar as estratégias de autoproteção, pois além da quantidade de conceitos novos, ela possui um considerável comprometimento cognitivo e vive em um contexto onde é pouco estimulada a exercer sua autonomia.

*PROFISSIONAL 2: Se o vizinho te chamar pra casa, tu faz o que? (Bê fica pensativa).*

*BÊ: não sei, tia...*

*PROFISSIONAL 2: o que foi que a gente combinou? tu faz o que? conta pra quem?*

*BÊ: pra todo mundo.*

*PROFISSIONAL 2: muito bem! e diz a ele que não pode, né? ele pode tocar no teu corpo?*

*BÊ: não...*

*PROFISSIONAL 2: porque o corpo é de quem?*

*BÊ: meu.*

Sobre Bê:

*‘tem dificuldade em reproduzir a estratégia de contar para um adulto de confiança, cita nome de crianças que ficam com ela na casa, porém a terapeuta vai trabalhando e ela vai nomeando outras pessoas’. (Diário de campo das pesquisadoras)*

Durante a avaliação do material, elas foram questionadas se alguém já havia lhes apresentado esses assuntos (educação sexual), qual a importância destes e como elas conseguiriam compartilhar o que aprenderam, com outras meninas. A maioria das participantes afirmou que não teve esse tipo de orientação e que acham uma temática relevante, inclusive, para ser levada para outras jovens.

*PESQUISADORA: [...] sobre o assunto, alguém já tinha conversado contigo sobre esse assunto?*

*(LÍVIA olha pra baixo pensativa, mas logo sinaliza com a cabeça que não)*

*PESQUISADORA: por que tu acha que foi importante?*

*TIKTOK: porque ensina várias coisas que algumas meninas, já aconteceu com elas e elas podem aprender.*

Sobre Lívia:

*‘Ela parece mais confiante, mais empoderada, quando as perguntas sobre as estratégias vão aparecendo, ela vai mostrando o que aprendeu. Encerra bem a atividade, mais segura, conseguindo mostrar que aprendeu de fato, com o material’.*  
*(Diário de campo das pesquisadoras)*

### **3.2 Apresentação, Acesso e Clareza**

A categoria 2: *Apresentação, acesso e clareza*, diz respeito à estrutura e qualidade do material, à construção do enredo da personagem, o design do livro, os bonecos sexuados, bem como possíveis ajustes a serem realizados posteriormente. Os desenhos, perguntas e dicas foram pensados e construídos com o intuito de serem adequados, concretos, atrativos e centrados na história da personagem Leca, uma adolescente com DI, aproximando do contexto de vivência das adolescentes. Uma imagem específica chamou a atenção de uma das jovens, que confundiu a figura do abusador com a do pai da personagem principal. Ajustes serão feitos nos desenhos, tendo em vista a gravidade do equívoco, para evitar situações como esta em outras situações de utilização do material. Sobre Bê:

*‘Foram mostradas as imagens do envelope, ela consegue se identificar com a imagem de Leca adolescente, ela gostou de ver as imagens, principalmente ao manusear o material, quando tinham as abas para levantar, ela gostou dessa interação, sorriu[...]’.* *(Diário de campo)*

*TIKTOK: eu gostei das cores...*

*PESQUISADORA: tu gostou das cores?*

*TIKTOK: e da capa!*

*PROFISSIONAL 2: Será que esse é o pai de Leca em? Vamos voltar aqui na frente pra gente ver se é o pai de Leca. O pai de Leca é esse aqui de camisa verde.*

*BÊ: Né esse não? (referindo-se à imagem do abusador)*

*PROFISSIONAL 2: Olha direitinho pro pai de Leca, vê se é igual. É igual?*

*Bê: é.*

*[...]*

*PROFISSIONAL 2: [...] olha a diferença, a calça desse aqui é de que cor?*

*BÊ: azul.*

*PROFISSIONAL 2: vermelha, né? e do pai de Leca é vermelha também?*

*BÊ: azul.*

*PROFISSIONAL 2: isso... então não é o pai de Leca aqui, é outro homem que Leca encontrou.*

Os materiais utilizados nos bonecos foram selecionados com o critério de se aproximarem da textura real da pele, cabelo, fisionomia e flexibilidade articular humanas, favorecendo a representatividade das participantes, para trazer maior identificação para o público. Mesmo com sinais de vergonha em algumas, todas as meninas se interessaram pelos bonecos, aceitaram manusear, trocar as roupas e colocar os acessórios para realizar a transição da fase de criança para a adolescência.

*TIKTOK: olha, o joelhinho dele dobra...*

*PROFISSIONAL 1: [...] Tu gostou mais de quê, de tudo isso? Tu gostou do livro, gostasse deles... Ou gostou de tudo junto? conta aí pra mim...*

*LÍVIA: Gostei deles [dos bonecos].*

*PESQUISADORA: [...] e os bonecos, o que é que tu achou?*

*TIKTOK: bonito!!*

Apesar da qualidade com que os bonecos foram construídos, faz-se necessário manutenção periódica, maior fixação de partes como fios de cabelo e membros superiores e inferiores, além de possível troca de tecido das roupas, para facilitar o manuseio e independência das meninas ao utilizarem os bonecos. Ainda assim, não foi um fator negativo, pois até a queda de cabelos das bonecas gerou interação das participantes, com o manejo da profissional.

*LÍVIA: vai ficar sem cabelo ela [a boneca] (Lívia dá um leve sorriso).*

*PROFISSIONAL 1: vai ficar sem cabelo (Profissional 1 ri). Ela tá parecendo comigo, Lívia, pra onde eu vou, tem cabelo meu caindo. Tá eu e Leca. Teu cabelo cai muito também? (LÍVIA afirma com a cabeça, em tom de riso).*

Sobre as os acessórios dos bonecos:

*‘[...] A profissional não entendeu se a calcinha era a mesma para as duas fases da boneca. Verificar se precisará de uma calcinha diferente para distinguir as faixas etárias. É importante ver o manuseio da troca de roupa da boneca. A calça é mais difícil para vestir, precisou da ajuda da terapeuta’. (Diário de campo das pesquisadoras)*

O cuidado com o fenótipo da personagem principal também chamou atenção, fugindo dos padrões de desenho ideal e tentando se aproximar de uma figura real das meninas.

*PROFISSIONAL 3: [Leca] é até parecida com ela [Thayla] mesmo.*

*THAYLA: é...*

### 3.3 Interatividade

A última categoria selecionada para análise foi a *Interatividade*, que diz respeito ao engajamento e comunicação das participantes umas com as outras, com o profissional e com o próprio material. Durante o uso do material com mais de uma jovem, percebeu-se o incentivo umas das outras em responder às problematizações, além de responderem aos questionamentos que surgem entre elas, não só a partir do seu conhecimento precedente, mas também do adquirido com o material.

*PROFISSIONAL 3: [...] essa aqui é uma foto de quê?*

*BELA e INÁCIA: menina.*

*PROFISSIONAL 3: uma menina, o quê?*

*BELA: criança.*

*PROFISSIONAL 3: uma menina criança. E essa?*

*BELA e INÁCIA: adolescente.*

*INÁCIA: o menino num... menstrua?*

*PROFISSIONAL 3: não, o menino não menstrua.*

*BELA: não né, Inácia?!*

*BELA: tia, eu tô namorando.*

*PROFISSIONAL 3: é, Bela? Depois você me conta essa história (Bela ri, coloca a mão no rosto, envergonhada). Que legal, Bela!*

*INÁCIA: eu tenho coragem disso não...*

Sobre os assuntos relacionados à sexualidade, as jovens conseguiram se expressar, mesmo tendo opiniões e personalidades diferentes, a partir dos temas abordados no material. Puderam relatar suas vivências, desejos e sentimentos sobre os temas abordados. A dificuldade na fala de algumas participantes foi minimizada pelas expressões corporais e exploração do material.

*INÁCIA: eu tinha vontade de namorar, coragem eu não tenho não. [...] Eu não tenho intimidade com os homens.*

*PROFISSIONAL 3: entendi... mas a intimidade se cria, né? mas você tá certa, se você não conhece bem a pessoa, se você não tem intimidade...*

*INÁCIA: porque a pessoa assim, tipo assim fazer um bullying...*

*BELA: mas assim, tem homem que tem e tem homem que não tem. Tipo eu, eu já fui casada...*

*INÁCIA: e não quer ficar solteira?*

*BELA: fiquei solteira e não tive medo não.*

#### 4. DISCUSSÃO

Os dados coletados tanto na observação participante quanto na não-participante evidenciaram que a Tecnologia Educacional “Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger” foi bem avaliada pelo público-alvo (jovens com DI) quanto ao objetivo, relevância, eficácia, apresentação, acesso, clareza e interatividade a partir do processo de utilização do material. Levou-se em consideração o processo de ensino-aprendizagem deste público, mesmo em frente às limitações advindas da deficiência e sua percepção, considerando a comunicação verbal e não verbal, expressões e sentimentos.

Diferindo do que é aplicado em outros estudos, cabe destacar a relevância do processo metodológico do presente trabalho sobre envolver as jovens com Deficiência Intelectual no processo de avaliação da Tecnologia Educacional, seguindo a proposta idealizada e referida do próprio material que propõe o empoderamento e protagonismo delas. Em uma revisão de literatura realizada por Mendes e Denari (2020), a respeito de deficiência e sexualidade, foi visto que, dos artigos encontrados no recorte de sua pesquisa, boa parte envolvia Deficiência Intelectual, porém, estes mesmos estudos, levam em consideração majoritariamente apenas as perspectivas dos pais/cuidadores ou dos profissionais. Assim tem-se dado pouco espaço para que as próprias pessoas com DI exerçam sua autonomia, o que justifica uma realidade ainda presente nos dias atuais: a sexualidade de PcD sendo relatada a partir de terceiros e não por elas mesmas.

Pessoas com DI, na maior parte das vezes, estão sob os cuidados de familiares, cuidadores ou instituições, que podem superprotegê-las e direcionarem suas escolhas, desde atividades mais rotineiras como vestir-se, até assuntos mais complexos como educação sexual e abuso sexual (Billeke 2018; Bortolozzi e Vilaça 2020). A sociedade ainda as subestima, visto que tem como referência um padrão de funcionalidade ideal, ignorando a possibilidade de que esse público pode aprender de maneira diferente, desde que sejam oferecidos o ambiente e recursos adequados (Santos, Carvalho e Alecrim, 2018).

Com relação à categoria *objetivo, relevância e eficácia*, desta-se que o material cumpre seu propósito de criação, pois as participantes conseguiram assimilar a essência do conteúdo proposto, reafirmar e adquirir conceitos, reconhecer as transformações do próprio corpo, situações de risco, bem como estratégias de autoproteção ao abuso sexual.

A interseccionalidade de fatores (jovens, com DI e mulheres) as expõe a situações de risco, e o abusador, que na maioria das vezes é alguém próximo ou da própria família, subestima a vítima, acreditando que ela será descredibilizada por conta da DI (Albuquerque 2011).

A mudança desse cenário de violências requer empoderamento e a apropriação de conhecimentos para atitudes de autocuidado e autoproteção. As dificuldades no processo de aprendizagem e na sua participação social evidenciam a necessidade de recursos educativos que objetivem informá-las e apropriá-las do conhecimento sobre sua própria sexualidade. Para que isso ocorra de maneira efetiva, as adolescentes com DI precisam ser protagonistas e os materiais precisam ser adequados e acessíveis para favorecer uma participação ativa (Morales e Batista 2010; Barbosa et al 2020).

No presente estudo, durante a utilização do material, mesmo com um público pequeno, pode-se perceber as possibilidades de ampliação de conhecimento e trocas de informações, gerando aprendizagens que podem resultar em estratégias de autoproteção e autoconhecimento para a vivência da sexualidade.

A respeito da categoria *apresentação, acesso e clareza*, o material se mostrou ser atrativo e relevante, convidando as jovens para a exploração. Os bonecos com características realistas e as histórias da realidade das jovens, contribuíram para uma maior identificação e acesso, bem como a sua flexibilidade na apresentação proporcionou estímulos sensoriais e informações didáticas para diferentes níveis de compreensão. Contudo, ressalta-se a necessidade de aprimoramento de algumas imagens e da fixação de alguns materiais dos bonecos, para que tenham maior resistência ao manuseio constante, tendo em vista a intenção de que a TE seja aplicada com frequência e em diversos serviços de saúde, educação e assistência social. A observação do processo de uso da TE e a participação das jovens em todo o processo, foi essencial para a adequação do mesmo ao público a qual se destina.

Os materiais educativos, além de criteriosamente construídos, devem ser bem avaliados e aplicados, tanto por juízes especialistas quanto ao público a que se orienta, pois a diversidade de olhares permite maior assertividade e identificação de possíveis ajustes para aprimoramento. Esse cuidado permite que esses recursos sejam fortes aliados no processo de construção do conhecimento na área de saúde e reprodução no cotidiano (Sousa et al 2020).

A utilização de recursos educacionais específicos para promoção de saúde, inclusive sexual, é essencial para favorecer a autonomia e empoderamento dessas jovens (Santos et al 2020). Para tal, precisam ser de fácil acesso, de linguagem clara, que abarquem tanto informações de cunho biológico, quanto sociais, além de conter informações confiáveis que facilitem a compreensão e reflexão crítica do conteúdo proposto. Necessitam de uma sequência

coesa, com imagens atrativas e adequadas ao ciclo de vida em questão, além de adaptações ao contexto cultural em que o público-alvo está inserido (Costa et al 2020; Gomes et al 2021).

Por fim, no domínio *interatividade*, enfatiza-se o estímulo mútuo entre as adolescentes, ao responder as indagações propostas pelo livro e a comunicação com o mediador que motivava as participantes a conhecerem o material. Na construção da TE, pensou-se em sua utilização com no máximo três adolescentes por vez, para que haja interação e auxílio mútuo entre elas e o mediador consiga dar melhor assistência a todas nesse tempo.

Observou-se que as adolescentes conseguiram compartilhar com seus pares, o conhecimento adquirido e é nessa interação que o processo de aprendizagem se efetiva e se fortalece. O que mede o nível de compreensão não é apenas a capacidade cognitiva do indivíduo, mas também o ambiente onde está inserido e as oportunidades de exercer sua autonomia de forma plena. Esses fatores podem, inclusive, atenuar as barreiras encontradas pelas PcD, em seu cotidiano. Vigotski (2012), autor do referencial teórico que embasa a construção da TE apresentada, defende que as dificuldades de pessoas com deficiência podem ser neutralizadas a partir de sua interação com seu meio social.

Para ele, experiências coletivas facilitam a ampliação de funções cognitivas superiores, que influenciam no comportamento consciente do ser humano. Sendo assim, as atividades e recursos educacionais devem priorizar a interação social e participação conjunta. Indivíduos com comprometimento intelectual mais leve, ao trocarem experiências com os de maior comprometimento, beneficiam e são beneficiados, pois acabam sendo mediadores para o outro, sentindo-se mais seguros e apropriando-se efetivamente do que aprenderam (Vygotski 2012).

Em seu estudo realizado com mulheres com e sem DI, Pownall, Wilson e Jahoda (2020) identificaram que a falta de informação sobre educação sexual, especialmente sobre gravidez e métodos contraceptivos, se dá não apenas pelo nível de comprometimento intelectual das participantes, mas principalmente pela exclusão social a qual elas estão submetidas.

Sabendo-se da pluralidade humana, diversidade de contextos sociais e culturais, acesso à educação e modos de vida, vale ressaltar a necessidade de ampliação da TE junto a mais adolescentes e jovens com DI. À medida em que mais pessoas são alcançadas, o material se difunde e mais adolescentes conseguem protagonismo de sua vivência da sexualidade de forma mais segura e saudável.

## 5. CONCLUSÃO



A Tecnologia Educacional “Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger” foi avaliada nas categorias de objetivo, relevância, eficácia, apresentação, acesso, clareza e interatividade. O material foi bem aceito pelas adolescentes e jovens com DI, considerando as expressões verbais e não verbais das participantes do estudo, durante a utilização do material, bem como do seu parecer valorativo a respeito do mesmo.

A linguagem simples e acessível do livro ao apresentar conceitos novos ou já conhecidos, demonstrou facilitar o processo de internalização do conteúdo, que consequentemente favoreceu sua possível reprodução nos diversos contextos do cotidiano. Os bonecos sexuais se somam ao livro para trazer ainda mais concretude ao enredo apresentado e facilitou a manifestação dos sentimentos e interação do público com os profissionais.

Observa-se como potencial deste estudo o destaque inovador quanto à percepção do público-alvo sobre o material educativo, considerando a capacidade de autonomia e superação das dificuldades advindas com a Deficiência Intelectual. Como limitação, tem-se o pequeno tamanho amostral, que restringe a percepção do material a um agrupamento específico. Sendo assim, ressalta-se a importância de continuar a utilização da TE, que já está sendo feita, junto a um número maior de adolescentes e jovens com DI, para que mais percepções sejam colhidas. Almeja-se que outras Tecnologias Educacionais sejam construídas para favorecer a autonomia e emancipação de garotas com Deficiência Intelectual, prevenir situações de abuso sexual e estimular a expansão do conhecimento sobre educação sexual e autoproteção.

## **6. AGRADECIMENTOS**

A pesquisa recebeu apoio financeiro através do edital FACEPE 06/2020: Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde PPSUS, Pernambuco.

## **7. CONFLITO DE INTERESSES**

As autoras declaram não haver conflito de interesses na execução deste estudo.

## **REFERÊNCIAS**

Albuquerque, P.P. 2011. “Sexualidade e deficiência intelectual: Um curso de capacitação para pais.” *Psicol. Argum.*, v.29, n.64, p. 109-119. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20389>. Acesso em 27 abr 2022.

American Psychiatric Association. 2014. “Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM 5”. 5ed. Porto Alegre: Artmed. Disponível em:

[https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/5662409/mod\\_resource/content/1/DSM-5.pdf](https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/5662409/mod_resource/content/1/DSM-5.pdf)>. Acesso em: 21 out 2020.

Barbosa, L.U. et al. 2020. “Dúvidas e medos de adolescentes acerca da sexualidade e a importância da educação sexual na escola”. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v.12, n.4, p.1-8 <Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/339896184\\_Duvidas\\_e\\_medos\\_de\\_adolescentes\\_acerca\\_da\\_sexualidade\\_e\\_a\\_importancia\\_da\\_educacao\\_sexual\\_na\\_escola](https://www.researchgate.net/publication/339896184_Duvidas_e_medos_de_adolescentes_acerca_da_sexualidade_e_a_importancia_da_educacao_sexual_na_escola)>. Acesso em: 09 mar 2021.

Bardin, L. 2016. “Análise de conteúdo”/ Laurence Bardin; tradução: Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70. Acesso em: 21 out 2020.

Billeke, C.H. et al. 2018. “Manifestaciones afectivas en jóvenes con discapacidad intelectual”. Interdisciplinaria Revista de Psicología y Ciencias Afines, v. 35, n. 1, p. 69-86. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/180/18058784004/html/>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

Bortolozzi, A. C. Vilaça, T. 2020. “Educação Sexual na Educação Inclusiva: atitudes de professores diante de situações projetivas envolvendo comportamentos sexuais de alunos”. Revista Diversidade e Educação, v. 8, n. 1, p. 191-212. <Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/11307>>. Acesso em: 19 out 2020.

Brasil. 1994. “Diretrizes para uma política educacional em sexualidade” / Secretaria de Projetos Educacionais Especiais-Brasília: MEC/SEPESPE. <Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001753.pdf>>. Acesso em: 19 out 2020.

Chagas, P.M.L.; Fernandes, E. M. 2018. “Sexualidade e a pessoa com deficiência intelectual: proposição do tema nas escolas”. Perspec. Dial.: Rev. Educ. e Soc., v. 5, n. 9, p.199-216. Acesso em: 19 out 2020.

Costa, C.C. et al. 2020. “Construção e validação de uma tecnologia educacional para prevenção da sífilis congênita”. Acta Paul Enferm. v. 33, eAPE20190028. DOI: <http://dx.doi.org/10.37689/actaape/2020AO00286>. disponível em: [https://acta-ape.org/wp-content/uploads/articles\\_xml/1982-0194-ape-33-eAPE20190028/1982-0194-ape-33-eAPE20190028.x16677.pdf](https://acta-ape.org/wp-content/uploads/articles_xml/1982-0194-ape-33-eAPE20190028/1982-0194-ape-33-eAPE20190028.x16677.pdf). Acesso em 26 de abr de 2022.

Dantas, T.C. Silva, J.S.S. Carvalho, M.E.P. 2014. “Entrelace entre Gênero, Sexualidade e Deficiência: uma História Feminina de Rupturas e Empoderamento”. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 20, n. 4, p. 555-568. <Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v20n4/a07v20n4.pdf>>. Acesso em: 09 mar 2021.

Freitag, R.M.K. 2018. “Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência”? Revista de Estudos da Linguagem, v. 26, n. 2, p. 667-686. <Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12412/pdf>>. Acesso em: 21 out 2020.

Gomes, K.K.N.L.B. et al. 2021. “Validação de um livro educativo: tecnologia educacional para o ensino de feridas”. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S. l.] , v. 10, n. 13, pág.

e162101320935. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20935>. Acesso em: 26 abr. 2022.

Gonçalves, J. P.; Barbosa, M.M.F. 2020. “Opiniões de mães e profissionais sobre a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual”. Revista Exitus, v. 10 e.020021, p. 01-30. <Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1143/634>>. Acesso em: 21 out 2020.

Guimaraes F.J.; Carvalho A.L.R.F.; Pagliuca L. M. F. 2015. “Elaboração e validação de instrumento de avaliação de tecnologia assistiva”. Revista Eletrônica de Enfermagem, v.17, n. 2, p.302-311. <Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/28815>>. Acesso em: 19 out 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. 2012. “Censo Brasileiro 2010”. Rio de Janeiro: IBGE. <Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso: 21 out 2020.

Kind, L. 2004. “Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais”. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136. Acesso: 21 out 2020.

Littig, P. M. C. B.; et al. 2012. “Sexualidade na deficiência intelectual: uma análise das percepções de mães de adolescentes especiais”. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 18, n. 3, p. 469-486. <Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v18n3/a08.pdf>>. Acesso em: 19 out 2020.

Mackey, A.; Gass, S. 2005. Common data collection measures. In:\_\_\_\_\_. Second language research: methodology and design. Mahwah: Lawrence Erlbaum, p. 43-99.

Maia, A.C.B; Carvalho, L.R.S; Vilaça, T. 2020. “Educação sexual para alunos/as com deficiência em Portugal: indícios de uma formação docente precária”. REVES - Revista Relações Sociais, v.03, n.01, p.95-105. <Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/9625/5314>>. Acesso em: 21 abr 2021.

Mannocci, F. 2017. “Educação em sexualidade e a pessoa com deficiência intelectual”. Revista Educação, v.12, n.1, p.80-101, 2017. Acesso em: 19 out 2020.

Mendes, M. J. G.; Denari, F. E. 2020. “Deficiência e sexualidade: uma análise bibliométrica”. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 14, n. esp.2, p. 1357–1374. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12124>. Acesso em: 25 abr. 2022.

Merino, G.S.A.D. 2016. “GODP – Guia de Orientação para Desenvolvimento de Projetos: Uma metodologia de Design Centrado no Usuário”. Florianópolis: Ngd/Ufsc. Disponível em: <[www.ngd.ufsc.br](http://www.ngd.ufsc.br)>. Acesso em: 27 abr 2022.

Morales, A.S. Batista, C.G. 2010. “Compreensão da sexualidade por jovens com diagnóstico de deficiência intelectual”. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v.26, n.2, p.235. Disponível em:[link.gale.com/apps/doc/A305838896/AONE?u=capes&sid=bookmark-AONE&xid=7fbdd9a5](http://link.gale.com/apps/doc/A305838896/AONE?u=capes&sid=bookmark-AONE&xid=7fbdd9a5). Acesso em: 27 abr 2022.

Nóbrega, K. B. G. 2020. “Abuso não vai rolar”: desenvolvimento e validação de uma tecnologia educacional para as adolescentes com deficiência intelectual. Dissertação de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38833?mode=full>. Acesso em: 21 abr 2021.

Nóbrega, K. B. G. et al. 2021. “Validação da tecnologia educacional “abuso não vai rolar” para as jovens com deficiência intelectual”. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.26, n.7, p.2793-2806. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/validacao-da-tecnologia-educacional-abuso-nao-vai-rolar-para-as-jovens-com-deficiencia-intelectual/18043?id=18043>. Acesso em: 26 de abr. de 2022.

Pereira et al. 2019. “Validação da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS) no Contexto Brasileiro”. *Psico-USF*, v. 24, n. 1, p. 145-158. <Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pusf/v24n1/2175-3563-pusf-24-01-145.pdf>>. Acesso em: 19 out 2020.

Pownall, J. Wilson, S. Jahoda, A. 2020. “Health knowledge and the impact of social exclusion on young people with intellectual disabilities”. *J Appl Res Intellect Disabil*. v. 33, n.1, p.29-38. Acesso em: 27 abr 2022.

Santos, S.B. et al. 2020. “Tecnologia educativa para adolescentes: construção e validação de álbum seriado sobre sífilis adquirida”. *Revista Brasileira de Promoção de Saúde*, v.33, e.9970, 2020. <Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/9970/pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

Santos, A. M. dos; Carvalho, P. S.; Alecrim, J. L. 2018. “O ensino de física para jovens com deficiência intelectual: uma proposta para facilitar a inclusão na escola regular”. *Revista Educação Especial, [S. l.]*, v. 32, p. e19/ 1–18. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/27590>. Acesso em: 27 abr. 2022.

Simões, J. 2019. “Sobre deslizamentos semânticos e as contribuições das teorias de gênero para uma nova abordagem do conceito de deficiência intelectual”. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.28, n.3, p.185-197. <Disponível em: [tps://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902019000300185&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902019000300185&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 09 mar 2021.

Sousa, E.K.S. et al. 2020. “Elaboração e validação de uma tecnologia educacional acerca da violência contra a mulher”. *Esc. Anna Nery*, v.24, n.4, e20190314. DOI: 10.1590/2177-9465-EAN-2019-0314. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/z9B7wzdy3fBBpK8kkBtjPKn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 de abril de 2022.

United Nations Population Fund - UNFPA. 2018. “Young persons with disabilities: global study on ending gender-based violence, and realising sexual and reproductive health and rights”. Acesso em: 30 set 2020.

United Nations Population Fund - UNFPA. General Assembly. 3rd Committee. 2017. “Promotion and protection of human rights: human rights questions, including alternative approaches for improving the effective enjoyment of human rights and fundamental

freedoms”: report of the 3rd Committee: General Assembly, 72nd session. New York: UN, p 170. Acesso em 24 mar 2021.

Organização das Nações unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO. 2019. “Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade”. 2ª edição revisada. <Disponível em:<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000369308>>. Acesso em: 25 mar 2021.

Wild, C.F. et al. 2019. “Validação de cartilha educativa: uma tecnologia educacional na prevenção da dengue”. Revista Brasileira de Enfermagem, v.72, n.5, p.1385-1392. <[https://www.scielo.br/pdf/reben/v72n5/pt\\_0034-7167-reben-72-05-1318.pdf](https://www.scielo.br/pdf/reben/v72n5/pt_0034-7167-reben-72-05-1318.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2021.

World Health Organization -WHO. 1986. “Young People’s Health - a Challenge for Society”. Report of a WHO Study Group on Young People and Health for All. Technical Report Series 731, Geneva. Acesso em: 21 out 2020.

World Health Organization -WHO. 2006. “Defining sexual health: report of a technical consultation on sexual health”. Geneva. Acesso em: 21 out 2020.